
O ENGAJAMENTO INDIVIDUAL: ENTRE INTENÇÃO, REDES E ESTRUTURAS

Resumo

As razões que presidem o engajamento individual em mobilizações e/ou movimentos sociais há muito instigam estudiosos nas Ciências Sociais. Na década de 1960, a questão dos “custos e benefícios” do engajamento foi colocada no centro dos estudos sobre militância, a partir de então tal temática vem sendo investigada sob vários vieses por diferentes autores e/ou correntes sociológicas. Ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo na França e nos Estados Unidos, muito se dissertou acerca dos motivos, dos fatores que conduzem ao engajamento militante: desde teorias que enfatizam fatores estruturais até teorias que se focam sobre características mais “psicológicas”. Apesar de atualmente ainda não se ter uma clareza sobre tal questão, já há certo consenso de que predisposições individuais (frustrações, descontentamentos, ideologias) e a existência de uma estrutura que “facilite” a ação não são suficientes para explicar o engajamento. Seguindo nessa linha, mais recentemente, muitos trabalhos foram produzidos congregando uma análise que leva em conta as redes e/ou os laços interpessoais (familiares, de amigos, no ambiente de trabalho etc.) como mais um fator a compor o “leque” de condicionantes do engajamento individual. E é justamente nesse sentido que o presente artigo segue, ou seja, objetiva-se aqui demonstrar que as redes e/ou os laços interpessoais podem funcionar muito bem como ligações entre as disposições individuais e as estruturas. Para tanto, foi consultado um conjunto de bibliografias, especialmente norte-americanas e francesas, que representasse as principais produções sobre a temática em questão nos últimos anos. O material analisado nos permitiu perceber que as investigações mais recentes entendem que as redes sociais podem funcionar como meio de mobilização individual em dois sentidos: tanto no sentido de aproximar a pessoa com predisposições à militância das oportunidades de mobilização, quanto como coprodutora da intenção de engajar-se, incentivando ou restringindo a ação individual.

Palavras-chave: Engajamento individual. Movimentos Sociais. Redes.

INTRODUÇÃO

Várias questões poderiam ser levantadas com relação à pluralidade de dimensões que concernem aos movimentos sociais, conquanto, uma dentre elas

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); mestrando em Sociologia pela mesma Universidade; membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP); Bolsista CAPES; Tel: (79) 3243-5196; E-mail: max_alex86@hotmail.com; Endereço: Av. Fábio José C. Ramos, 671, Bairro Aeroporto, Aracaju/SE, CEP: 49038-440.

tem instigado estudiosos e não estudiosos desde o século XVIII, pelo menos, por ocasião das Revoluções Industrial e Francesa: o que leva pessoas comuns ganharem às ruas, tomarem prédios públicos arriscando suas integridades física e moral e inclusive suas próprias vidas para clamar seus direitos? (TARROW, 2009) Essa questão é tão complexa e abrangente na sociologia dos movimentos sociais que, de acordo com Frédérick Sawicki (2003), comporta outras questões mais específicas: quem se engaja? Porque e como se engaja? Porque continua engajado ou vem a se desengajar?

Inicialmente, tomava-se “o confronto político como expressão da mentalidade da multidão, da anomia e da privação”. (TARROW, 2009, p. 99) Com o passar do tempo, muitas teorias foram desenvolvidas para tentar responder melhor a essa questão das disposições a ação. Dividindo-se em dois pontos de vista principais – um macrossociológico que se foca sobre as estruturas sociais e organizacionais (Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria do Processo Político, Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Estrutura de Oportunidades Políticas, Teoria da Participação Política, Paradigma do Comportamento Coletivo, dentre outros) e outro microssociológico que se assenta sobre as trajetórias, as carreiras e as disposições individuais (Teoria do Engajamento Individual, Teoria da Privação Relativa, Paradigma da Escolha Racional, Análise de Redes, “Análise de Quadros”, dentre outros) –, essa pluralidade de estudos e paradigmas demonstra que o conhecimento sociológico das condições e das formas da passagem ao ato (à ação) continua obscuro. (FILLIEULE, 2001)

Nesse sentido, a publicação de *Lógica da Ação Coletiva* por Mancur Olson (1999) colocou no centro das discussões sobre militantismo e ação coletiva uma questão bastante pertinente: a dos custos do engajamento. Mesmo sabendo que este trabalho é anterior ao desenvolvimento da maioria das teorias que tentam explicar o engajamento e a emergência de mobilizações coletivas, boa parte dessas teorias – especialmente as “macrossociológicas e estruturais” – não dão atenção suficiente aos “cálculos” que os indivíduos realizam a respeito do seu engajamento ou não em determinado movimento.

Diante disso, aceitando que o militantismo pode ser compreendido, à luz de teorias/abordagens macro e/ou microssociológicas, como uma atividade social individual e dinâmica (FILLIEULE, 2001, 2009) e intencionando discorrer sobre o ponto que liga disposições individuais e estruturais (organizações, oportunidades) tornando viável e efetivo o engajamento em determinada mobilização, o presente artigo versará sobre a intrínseca conjugação de “motivações” e “determinantes estruturais” para o efetivo engajamento, tomando o paradig-

ma redes/laços interpessoais como sendo o ponto de intersecção destes dois “polos”.

Para tanto, conforme apresentado por Pierre Mercklé (2004, p. 4), uma “rede social” pode ser entendida como sendo constituída por um conjunto de unidades sociais de tamanhos variáveis e de relações que, direta ou indiretamente, estas unidades mantêm umas com as outras. Tais unidades podem ser compostas de indivíduos ou mesmo de grupos, formais ou informais, de indivíduos e suas relações podem ser diversas: desde relações mais impessoais (transações bancárias, por exemplo) até relações mais próximas (interações verbais, participação em um mesmo evento etc.). Contudo, para a exploração do tema tratado aqui, o que nos deve ficar claro é que uma rede social é um “espaço” de interação entre indivíduos, de trocas de ideias e de formas de pensar e de agir e de estabelecimento de novas interações com outros indivíduos ou grupos.

AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A década de 1960 foi marcada pela emergência de um novo cenário de mobilizações que se apresentaria, sobretudo, ao mundo ocidental. (GOIRAND, 2009) Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e na América Latina surgiram mobilizações com novas temáticas e novos anseios diferentes da tomada de poder do Estado – movimentos pelos direitos civis, de gênero, de estilo de vida, dentre outros –, isso sem falar no movimento estudantil que proliferaria também em “regiões mais distantes” como Japão, Paquistão e muitos outros países. (McADAM, McCARTHY; ZALD, 1996)

Essas mobilizações eram realmente muito diferentes das do passado. Não visavam a revolução política no sentido da tomada do poder, não podiam ser entendidas como o “retorno do movimento operário”, pois não se baseavam em classe, e não eram distúrbios reativos irracionais de indivíduos, mas movimentação ordeira e solidária de milhares de pessoas, dessa forma, não se encaixavam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teórico-analíticos de até então: o marxismo e o funcionalismo. (ALONSO, 2009; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996)

Nesse sentido, tentar entender a conjugação de fatores que levam ao desenvolvimento de um movimento social é uma das mais importantes tarefas no campo das ciências sociais. Ainda na década de 1960, as mobilizações sociais podiam ser analisadas pelo que pode ser chamado de Teoria/Paradigma do Comportamento Coletivo. Esta linha de análise é derivada da tradição da cha-

mada Escola de Chicago e buscava explicar o comportamento coletivo por “disfuncionamentos sociais” ou “frustrações psíquicas”, conquanto, a partir desta época foi rapidamente tornando-se pouco utilizada ou até mesmo ultrapassada. (CEFAÏ; TROM, 2001) A partir da década de 1970, três grandes correntes teóricas seriam desenvolvidas para tentar analisar essa nova “conjuntura de mobilizações”: a Teoria do Processo Político (TPP), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR).

A TPP foi desenvolvida nos Estados Unidos a partir de finais dos anos 1970 basicamente através dos trabalhos de três teóricos: Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow. Realizando construções explicativas macrohistóricas, esta teoria postula a estreita da relação entre o desencadeamento de movimentos sociais/revoluções e a política institucionalizada e pretende explicar o surgimento destas mobilizações com base nas mudanças da estrutura institucional ou das relações de poder informais de um sistema político. Ou seja, baseado no que se conhece como Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) que podem funcionar realmente como oportunidades ou, no sentido contrário, como constrangimentos objetivos a ação coletiva. (ALONSO, 2009; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996; TARROW, 2009)

Desenvolvida no continente europeu a partir de meados da década de 1980 entorno dos trabalhos de autores como Alain Touraine, Jürgen Habermas, A. Pizzorno e Alberto Melucci, a TNMS também se apoia em construções explicativas macro-históricas, na defesa da forte imbricação entre o desencadeamento de mobilizações coletivas e política institucionalizada e na ideia de oportunidades e constrangimentos objetivos à ação. (ALONSO, 2009) Entretanto, diferentemente da TPP que se apoia numa teoria de mobilização com viés político, a TMNS se baseia num arcabouço teórico que privilegia a mudança cultural que se fixa, basicamente, sobre as diferenças de características políticas dos Estados (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996), ou seja, no que poderíamos chamar de uma “Estrutura de Oportunidades Culturais”. Nesse sentido, os movimentos sociais funcionam como coprodutores de novas identidades sociais e de novas culturas políticas, como produtores de espaços de autonomia e de microespaços públicos de reconhecimento e de representação. (CEFAÏ; TROM, 2001)

Em sentido diferente, a TMR, que também seria desenvolvida nos Estados Unidos da década de 1970, seria baseada, principalmente, nos trabalhos de John McCarthy, Mayer Zald e Anthony Obershall e se imporia, nessa época, como paradigma dominante em solo estadunidense. Tal teoria foi fortemente inspirada no “modelo utilitarista” de Mancur Olson, autor defensor da ideia de que a

racionalidade do ator condiciona sua participação numa mobilização como resultado de um “cálculo racional” entre benefícios e custos. (CEFAÏ; TROM, 2001)

Coincidindo historicamente com a emergência de novas formas de ação coletiva nos Estados Unidos – movimentos pelos direitos civis, feministas, negros, estudantis, dentre outros –, a TMR procurou explicá-las buscando reduzir todas as arenas públicas a uma lógica de mercado em que as Organizações dos Movimentos Sociais (OMS) são entendidas como empresas capitalistas. (CEFAÏ; TROM, 2001; McCARTHY; ZALD, 1977) Esta teoria postula que a ação coletiva só se torna viável na presença da coordenação de indivíduos, ou seja, pela existência de organizações dotadas de recursos materiais (financeiros, infraestruturais, dentre outros) e humanos (ativistas, apoiadores, dentre outros) suficientes para tal empreitada. (ALONSO, 2009; McCARTHY; ZALD, 1977) Enfim, esse modelo teórico da ação, ao contrário da TPP e da TNMS, exacerba a racionalidade como explicação das mobilizações coletivas.

A virada para o século XXI, mais uma vez, traria um cenário novo de mobilizações. Os movimentos contemporâneos envolvem ativistas e temáticas que, muitas vezes, extrapolam as fronteiras institucionais e nacionais tirando do Estado o papel de “antagonista principal” e indo de encontro às teorias “tradicionais” dos movimentos sociais que os definiam em escala nacional. (ALONSO, 2009) Justamente nessa conjuntura e através de uma releitura de *Frame Analysis* (1974), de Erving Goffman, os autores David Snow e Benford desenvolveriam o que se convencionou chamar de “Análise de Quadros” ou “Frame Analysis”.

Nesses “movimentos contemporâneos”, a cultura se juntaria à “amálgama” das motivações. Precisamente em situações de confronto de discursos de denúncia de injustiças e de reivindicação de direitos por princípios étnicos ou cívicos, a cultura funciona como elemento ressignificador, sendo essa exatamente a principal defesa da “Análise de Quadros”, qual seja, a de que os movimentos sociais devem ser tomados como “produtores de significações”. (CEFAÏ; TROM, 2001)

Entretanto, essas transformações obrigariam a uma remodelagem bem mais profunda das teorias dos movimentos sociais que teriam de estender ao caráter simbólico-cultural e global dos movimentos contemporâneos uma atenção maior em suas explicações. Nesse sentido, procurando conjugar características culturais que se combinam para a formação de identidades coletivas, a partir dos anos de 1990 os teóricos dos movimentos sociais se esforçariam em redefinições teóricas que enfatizassem a cultura como viés explicativo. Essas reorientações conduziriam a uma análise dos movimentos sociais sob dois aspectos: conflitos políticos em geral – “*Contentious Politics*” – e espaços políticos não

institucionalizados – “Teoria da Sociedade Civil”. (ALONSO, 2009) Todavia, não chegaríamos a um consenso, pelo contrário, vivemos hoje tanto quanto antes num cenário de intensas discussões sobre as lógicas da ação coletiva, discussões estas atualizadas pelo acréscimo da “velha polêmica” das vinculações entre cultura e ação política da qual o conceito de Análise de Quadros proposta por Snow e Benford representa apenas uma de suas facetas.

O ENGAJAMENTO INDIVIDUAL COMO PROCESSO

Como já citado neste trabalho, a partir de meados da década de 1960, com os trabalhos de Mancur Olson, a motivação para participar de mobilizações coletivas tem sido tomada em função dos custos e benefícios de participação percebidos. (FILLIEULE; PUDAL, 2010; KLANDERMANS; OEGEMA, 1987; SAINTENY, 2000) Para tanto, podemos entender “custos” como recursos financeiros mesmo, mas também como dedicação de tempo à causa e/ou organização, como desapontamento da opinião de pessoas próximas (familiares, amigos, companheiros de trabalho etc.), dentre outros. Já os “benefícios” podem ser entendidos como alcance/contemplação das reivindicações do movimento, como alargamento do círculo de amizades, “enriquecimento” educacional/cultural (através de cursos, por exemplo), aquisição de uma *expertise* específica através do envolvimento assíduo neste movimento/organização (LOCHARD; SIMONET, 2009), dentre outros. Ou seja, os benefícios são tomados como retribuições do militantismo, retribuições estas que são entendidas como os benefícios que os indivíduos pensam retirar do engajamento. (GAXIE, 2005)

Tais concepções nos remetem, portanto, a uma visão economicista do engajamento em que as retribuições pensadas pelo agente social podem, muitas vezes, variando de acordo com o grau de evolução dos contextos e das experiências individuais, confundir-se com os custos. (FILLIEULE, 2009) Tal fato nos leva a reavaliar a noção de custos do engajamento, só que não no sentido de “inventar” novos tipos de capitais de retribuição como os apresentados por Pierre Bourdieu – capital cultural, social e econômico – que são atribuíveis a cada “campo”, mas no sentido de uma “economia moral militante” que valoriza ou não a luta pelo poder em determinado “campo”. (PÉCHU, 2007)

Admitindo que a atividade militante é, ao mesmo tempo, individual e dinâmica, somente uma abordagem que leve em conta o militantismo como processo, ou seja, que trabalhe em conjunto questões como a das predisposições ao militantismo, a da passagem à ação, a da multiplicidade de engajamentos ao

longo da vida, a dos desengajamentos etc. (FILLIEULE, 2001, 2009), será capaz de dar um esclarecimento mais fiel à questão do engajamento. E justamente para tratar de múltiplos engajamentos, de vínculos com muitas organizações e que também são de laços de amizade, dada a importância que se pode ver nesses aspectos do engajamento, muitos trabalhos foram produzidos desde a década de 1970 enfatizando o papel fundamental dos laços sociais e/ou redes de amizade para o engajamento individual. (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987; McADAM; PAULSEN, 1993)

Esses trabalhos contam com uma abordagem microssociológica e concentram-se no estudo das motivações individuais que se conjugam com “determinantes” favorecendo o encontro entre um agente e uma causa e/ou organização determinada. (SAWICKI, 2003) Utilizando-se, por exemplo, de estudos de trajetórias e/ou carreiras individuais e de pesquisas quantitativas muito se avançou em direção à compreensão dos contextos individuais de “formação” desses agentes, de suas predisposições e de seus processos de socialização militante.

A noção de carreira, herança da tradição interacionista da Escola de Chicago, se apresenta como fundamental a tal empreitada por vários motivos. Na forma como Becker (1985) a apresenta, a noção de carreira remete a duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva. Objetivamente, compõe-se de uma sequência de regras e de empregos, de realizações e de tomadas de posições próprias de um indivíduo. Subjetivamente, é feita de mudanças e reconstruções da forma como o indivíduo interpreta seu passado revelando suas visões de si e de suas diversas características, ações e de tudo que lhe sucede. Sendo assim, através da integração da dimensão temporal, ela oferece um meio de analisar os processos e as relações entre “história individual”, instituições e contextos, enfatizando dimensões de grande importância tais como posição social dos agentes, suas inserções em diferentes esferas (religião, trabalho, grupos culturais), os jogos de poder orientados dentro das organizações/instituições, dentre outros. (FILLIEULE; PUDAL, 2010, p. 172) Ou seja, a análise de carreiras nos leva a considerar duas dimensões essenciais das “identidades sociais”: a da transformação das identidades e a da pluralidade de locais de inscrição dos agentes sociais (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE; PUDAL, 2010), isso além da variabilidade das retribuições. (FILLIEULE, 2009)

Segundo Sawicki (2003), essas duas formas de pesquisa microssociológicas, as quantitativas e as prosopográficas e/ou biográficas, diferentemente das análises globalizantes que se atentam especialmente aos recursos sociais de tipo capital cultural e social no sentido bourdieusiano, trazem vantagens ainda mais específicas. Permitem medir precisamente o peso dos diferentes tipos

de engajamento (político, sindical, associativo etc.), esclarecer o investimento associativo dos grupos sociais conforme os setores associativos, enfatizar a posição chave dos “multiaderentes”, se atentar ao papel estruturante das redes interpessoais conduzindo ao engajamento, à complexidade das trajetórias e/ou “carreiras individuais” e aos efeitos de certas experiências pessoais para o engajamento e/ou desengajamento. (SAWICKI, 2003)

Nesse sentido, podemos citar trabalhos como *Raisons d’agir et proximité à la maladie dans l’économie de l’engagement à AIDES, 1984-1998* (2000),² de Olivier Fillieule e Christophe Broqua e *L’introuvable écologisme français?* (2000), de Guillaume Sainteny. O primeiro nos dá uma visão da importância da experiência direta ou afetiva com a AIDS para o posterior engajamento em associações que lutam contra esta doença e seus efeitos, dentre os quais o preconceito. Já o segundo, ao tratar de casos de exativistas ambientais que também tinham militado na política partidária e que, num momento posterior, foram “convidados” a assumir postos de destaque no governo do Estado Francês, nos permite analisar a relevância dos diferentes tipos de engajamento.

Entretanto, a despeito de teorias microssociológicas que buscam explicar o engajamento individual focando em aspectos pessoais tais como atributos psicológicos (frustrações, privações, alienação e concepções ideológicas etc.), simpatia com a causa, dentre outros e de teorias macrossociológicas que intentam explicar o desencadeamento de mobilizações coletivas (o que presume o engajamento de indivíduos) essencialmente através de fatores estruturais (oportunidades, mobilização de recursos, mudanças culturais etc.) e até mesmo por fatores de classe, pois como nos confirma Bourdieu a classe influencia nossas escolhas políticas (BOURDIEU, 2007, p. 424), podemos perceber, através do atual estado da discussão sobre o tema, que o que leva o agente social à ação é a conjugação de fatores individuais e estruturais. Ou melhor, de acordo com Florence Passy (1998), o contexto sociocultural do ator, seu ambiente relacional e sua intenção influenciam, em certa intensidade, ao longo do processo que o leva a engajar-se em um movimento social. Dessa forma, resta-nos identificar como esta conjugação se opera.

É bem verdade que um indivíduo que não comunga de uma opinião no sentido de se sentir injustiçado ou psicologicamente incomodado com uma situação, pretensão do Estado ou mesmo condição sua e/ou de outros não irá se engajar em um movimento social que defende uma causa orientada por estes preceitos. Conquanto, somente predisposições individuais não são suficientes

2 Conforme demonstrado em Fillieule (2001).

para conduzir à participação em uma ação coletiva (McPHAIL, 1971), um bom exemplo disso é o fornecido pelo trabalho de Klandermans e Oegema (1987) sobre o recrutamento dos participantes da grande manifestação pela paz em Haia, Países Baixos, 1983. Este estudo apresenta que 60% dos indivíduos contatados pela pesquisa e que simpatizavam com a causa e intencionavam participar da mobilização acabaram não participando da mesma. (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987)

Em outro sentido, muito se discorreu acerca da importância do desenvolvimento de uma mínima forma de organização que permita a melhor “acumulação” e utilização dos recursos (materiais, imateriais, humanos etc.) por uma mobilização coletiva evitando, assim, seu esfacelamento e facilitando o recrutamento de aderentes para a mesma. Pois, como demonstrado por McCarthy e Zald (1977), poucos indivíduos “sozinhos” disponibilizariam de recursos para uma empreitada do tamanho de uma mobilização como estas. Porém, somente a existência de uma organização que milite entorno de uma causa dada não é suficiente para levar um indivíduo com predisposições a militar por esta causa a engajar-se. Então, como ou de que forma predisposições individuais podem ser canalizadas para a adesão deste indivíduo a uma causa e/ou organização de movimento social?

Segundo McAdam e Paulsen (1993), desde meados da década de 1980, quando explicações psicológicas e comportamentais da participação individual perderam terreno, modelos microestruturais ganharam destaque. Tais modelos defendem que é relativamente sem importância se uma pessoa é psicológica ou ideologicamente predisposta ao engajamento se lhes faltam condições estruturais de participação, pois sem tais fatores este indivíduo permanecerá inativo.

Nesse sentido, vários trabalhos foram desenvolvidos nas últimas décadas demonstrando a força e a importância das redes de relações para o engajamento em mobilizações coletivas. Nessa linha, podemos citar trabalhos como *Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism* (1993), de Doug McAdam e Ronnelle Paulsen; *Potentials, Networks Motivations, and Barriers: Steps Towards Participation in Social Movements* (1987), de Bert Klandermans e Dirk Oegema; *L'Action Altruiste – contraintes et opportunités de l'engagement dans le mouvements sociaux* (1998), de Florence Passy; *De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política* (1997), de Ann Mische, dentre outros, todos enfatizando a importância das redes de relações sociais formais e/ou informais para o engajamento militante. Podemos citar também outros trabalhos que, apesar de não versarem diretamente sobre o paradigma redes, demonstram a importância dos vínculos de amizade e de parentesco com as “esferas” política, militar, empresarial

e religiosa – Oliveira (2008), Seidl (2009), James Toth (2005), neste último caso exclusivamente religioso, dentre outros.

Tratando de laços interpessoais (formais ou informais) podemos afirmar que grandes redes interpessoais podem facilitar ou incentivar o engajamento, dada a incerteza da mobilização. Um bom exemplo disso pode ser o apontado em Oliver (1984) que considera a residência de amigos próximos e/ou parentes na mesma área como um dos melhores preditores da participação em organizações de bairro. Ou melhor, esses laços podem ser entendidos como indicadores subjetivos de interesse na vizinhança, como fator que influencia a disponibilidade de incentivos à ação coletiva ou, principalmente, como fator que pode reduzir o custo da ação ao facilitar, por exemplo, a comunicação entre eles. (OLIVER, 1984)

Outra forma de redes muito abordada em trabalhos recentes é a organizacional. A participação em organizações de movimentos sociais é também uma extensão dos laços interpessoais, pois funcionam como uma boa maneira de se alargar o círculo de amizades. Um vínculo como este deixa o indivíduo mais susceptível de engajar-se em mais de uma organização ao mesmo tempo, visto que muitos gerenciadores de movimentos sociais já perceberam que é muito mais fácil recrutar apoio entre organizações já existentes do que de indivíduos “isolados”. Fato que, para muitos, se explica pelo suposto desenvolvimento de um forte “sentimento de eficácia” por aqueles que participam de várias organizações ao mesmo tempo. (McADAM; PAULSEN, 1993; PASSY, 1998)

Todos nós estamos inseridos numa multiplicidade de “lugares” no espaço social (família, amigos, trabalho etc.), estamos permanentemente submetidos a diferentes normas, lógicas e princípios de socialização que, às vezes, mesmo contraditórios se nos interiorizam. (FILLIEULE; PUDAL, 2010) Assim sendo, os laços sociais podem tanto incentivar quanto restringir a militância, por isso a importância de nos atentarmos para o impacto variável das “múltiplas incorporações” que caracterizam a vida das pessoas. (McADAM; PAULSEN, 1993)

Assim sendo, todas as decisões “individuais”, inclusive a de militar, são em alguma medida influenciadas por essa rede de relações. Conquanto, segundo McAdam e Paulsen (1993), o fato de a “decisão” de engajar-se ser influenciada por uma série de opiniões de terceiros, suscita a questão de como o indivíduo agrega as opiniões que recebe até formar uma posição final. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma maneira de pensar, ou melhor, de uma identidade é o fruto de uma organização de conceitos/concepções em hierarquia de importância definida pelo “compromisso” que este indivíduo estabelece com as identida-

des específicas das suas unidades relacionais. (STRYKER, 1968 apud McADAM; PAULSEN, 1993)

Diante disso, podemos afirmar que o contexto sociocultural da pessoa é importantíssimo para conduzi-la ao engajamento, contudo, não é suficiente para tal. No recrutamento, a decisão de aderir ou não a um movimento depende da proximidade ideológica (PASSY, 1998) ou da identificação da identidade invocada pela organização/movimento e o apoio que este indivíduo recebe ou não das pessoas a ele próximas e dos “recrutadores” no sentido do reforçamento nele desta identidade. (McADAM; PAULSEN, 1993)

Entendido dessa maneira, o engajamento individual é um processo, cujo modelo explicativo proposto por McAdam e Paulsen (1993) é, a meu ver, bastante aplicável. Segundo este modelo, o engajamento se dá em três etapas: primeiro a pessoa tem que ser objeto de um recurso de recrutamento (direto, como a mídia, por exemplo, ou indireto) que cria uma associação positiva entre a identidade do movimento e a deste indivíduo; depois de criada esta disposição inicial à participação a pessoa vai “discuti-la” com outras pessoas do seu círculo relacional que podem reforçar ou não esta disposição, ou seja, este indivíduo tem que conciliar essa nova identidade de ação com todas as demandas das demais identidades; por fim, este indivíduo tem que contar com a ausência de forte oposição entre sua nova identidade e a de outras pessoas que são importantes para a manutenção de outras identidades das quais depende. (McADAM; PAULSEN, 1993)

Em sentido parecido, Passy (1998) também defende que o engajamento é um processo que se dá em três etapas: a do contexto sociocultural – que define as potencialidades da ação de acordo com a detenção de certos capitais sociais e culturais; a do contexto relacional – que se realiza através das interações sociais entre as redes que o indivíduo se insere e que, conjugando laços culturais e estruturais, aproximam um indivíduo predisposto a se engajar das oportunidades de mobilização pelo recrutamento; e a da intenção – momento de integração/avaliação das diferentes influências recebidas, inclusive experiências pessoais anteriores, que “produzem” a intenção ou não de participar. (PASSY, 1998, p. 167-168) Entretanto, através da “análise de regressão” esta autora dá uma maior ênfase à dimensão intencional do ator e, concordando com a ideia também defendida por McAdam e Paulsen (1993), reforça que no processo de “decisão” para o engajamento o indivíduo realiza uma “avaliação” da eficácia da mobilização e, principalmente, da importância ou utilidade de engajar-se. Também concordando com McAdam e Paulsen, Florence Passy defende que a intenção de mobilizar-se não está livre de objeções dentro do contexto relacional do ator.

Para Passy, portanto, assim como para McAdam e Paulsen, o engajamento é um processo coletivo em que as interações com o ambiente são seu ponto central. Tal fato nos leva a perceber que a noção de escolha racional não se aplica tão bem, pois não leva em conta os contextos relacionais e estruturais nos quais o indivíduo se encontra inserido. (PASSY, 1998)

Assim sendo, podemos entender o engajamento individual como resultante da conjugação de fatores estruturais e individuais em que o contexto relacional do indivíduo funciona como mediador entre as duas partes. Sem dar preponderância a nenhum destes fatores, defende-se aqui uma visão do engajamento como processo relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, pelo exposto ao longo deste trabalho, que ainda não se tem uma visão clara do engajamento individual. É bem verdade que já há consenso de que predisposições individuais tais como frustrações, descontentamentos e ideologias são importantes para a compreensão das motivações que levam as pessoas a militar (WALSH; WARLAND, 1983), conquanto, são insuficientes para explicá-las. Nesse sentido, muito se discorreu sobre a importância da existência de uma mínima forma de organização de movimento social, pois através de sua capacidade de acumulação de recursos (materiais, imateriais e humanos) a mesma ofereceria certas condições (reforço de um quadro de justificação para a ação, disponibilização de capitais necessários à mobilização, dentre outros) para o engajamento e sua continuidade. Entretanto, também devemos levar em conta que organizações podem, em sentido inverso, restringir o engajamento, pois em alguma medida elas “escolhem” seus membros em função de uma vasta gama de regras e códigos formais e informais. (GERTH; MILLS, 1973) Dessa forma, somente a existência de uma organização de movimento social, mesmo na presença de predisposições pessoais e organizacionais, não são preditivo de ação individual.

No decorrer do presente trabalho, defendemos uma visão do engajamento individual diferente daquela proposta por Mancur Olson (1999). Em vez de uma “escolha racional” pela avaliação dos “custos e benefícios de participação”, propomos, à luz de uma vasta bibliografia sobre o tema, uma visão processual/relacional do engajamento. Distanciando-nos de teorias macrossociológicas que tentam explicar o surgimento de mobilizações e, por conseguinte, o engajamento, essencialmente por fatores estruturais (oportunidades, mobiliza-

ção de recursos, mudanças culturais, aspectos de classe, dentre outros), defendemos que fatores psicológicos (ideologias, descontentamentos, dentre outros) e que a intenção pessoal intervém incisivamente neste processo.

Em se tratando de intenção, demonstramos também que a mesma é fortemente influenciada pelas interações do indivíduo com seu “ambiente relacional” em que os custos do engajamento são modelados. Ou seja, as relações formais e/ou informais da pessoa com todos os “mundos sociais” nos quais ela está inserida (família, amigos, trabalho etc.) aproximam ou distanciam, facilitam ou restringem o engajamento individual. (PASSY, 1998)

Tudo isso nos leva a perceber que o engajamento individual não pode ser compreendido pela supervalorização de um fator de mobilização em detrimento dos outros, mas pela relação entre fatores estruturais e individuais mediados pelas redes de relações interpessoais formais e/ou informais. Mais especificamente, as redes sociais intervêm no engajamento individual de forma variada: influenciam na decisão de engajar-se, como também podem oferecer uma aproximação entre estrutura e ator, ou seja, elas podem aproximar indivíduos potencialmente predispostos a se engajar com oportunidades de mobilização. (PASSY, 1998) E é esta a tese defendida no presente artigo, qual seja, a de que as redes de relações sociais funcionam como meio de mobilização individual no sentido não só de aproximar a pessoa com predisposições à militância das oportunidades de mobilização, como também, ao funcionarem de maneira relacional incentivando ou restringindo a ação individual, no sentido de coprodutora da intenção de engajar-se.

INDIVIDUAL COMMITMENT: AMONG INTENTION, NETWORKS AND STRUCTURES

Abstract

The reasons that govern the individual engaging in mobilization and/or social movements have long enticed scholars in the social sciences. In the 1960s, the issue of “costs and benefits” of engagement was placed in the center of studies of activism, from then on this issue has been investigated under various biases by different authors and / or sociological trends. Throughout the second half of the twentieth century, especially in France and the United States, much has lectured about the motives, the factors that lead to engaging activist: from theories that emphasize structural factors to theories that focus on features more “psychological”. Although not currently have a clarity on this issue, there is already some consensus that individual predispositions (frustrations, grievances, ideologies) and the existence of a structure that “facilitate” the action is not sufficient to explain the engagement. Following this line, more recently, many works were produced by pooling an analysis that takes into account the network and / or interpersonal ties (family, friends, workplace, etc.). As another factor to compose the “range” conditions of engagement of the individual. And it is precisely this sense that this article

follows, ie, the objective here show that the networks and/or interpersonal ties can work very well as links between individual dispositions and structures. To that end, we consulted a number of bibliographies, especially American and French, which represent the main production on the subject in question in recent years. The analyzed material has enabled us to realize that the latest research understand that social networks can serve as a means of mobilizing individual in two directions: either to bring the person with the predispositions of militancy mobilization opportunities, and as co-producer of the intention of engaging in, encouraging or restricting individual action.

Key words: Individual Engagement. Social Movements. Networks.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço em debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**. Études de Sociologie de la Déviance. Paris: MÉTAILLIÉ, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Cultura e política. In: _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2007.
- CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. Présentation. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. **Les Formes de l'action collective: mobilizations dans des arènes publiques**. Paris: Éditions De L'ehess, 2001. p. 9-23.
- FILLIEULE, Olivier. Propositions Pour une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel. Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, fév./avr. 2001.
- FILLIEULE, Olivier. Émergence et développement des mobilizations. In: COHEN, Antonin; LACROIX, Bernard; RIUTORT, Philippe. **Nouveau Manuel de Science Politique**. Paris: La Découverte, 2009. p. 514-529.
- FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. Sociologie du Militantisme. Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête. In: FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIANSKY, Eric; SOMIER, Isabelle. **Penser les Mouvements Sociaux**. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris: La Decouverte, 2010. p. 163-184.
- GAXIE, Daniel. Rétributions du Militantisme et Paradoxes de L'action Collective. **Revue Suisse de Science Politique**, v. 11, n. 1, févr. p. 157-188, 2005.
- GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright. **Caráter e estrutura social: a psicologia das instituições sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973 (1954).
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. New York: HARPER, 1974.

- GOIRAND, Camille. Movimentos Sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. Tradução de Clóvis Marques. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, jul./dez. 2009.
- KLANDERMANS, Bert; OEGEMA, Dirk. Potentials, Networks, Motivations and Barriers: steps towards participation in social movements. **American Sociological Review**, v. 52, n. 4, p. 519-531, aug. 1987.
- LOCHARD, Yves; SIMONET, Maud. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnels. In: DEMAZIÈRE, Didier; GADÉA, Charles (Org.). **Sociologie des groupes professionnels** – acquis récents et nouveaux défis. Paris: Éditions La Découverte, 2009. p. 274-284.
- McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). **Comparative Perspectives on Social Movements**. Political Opportunities, mobilizing structures and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.
- McADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 3, p. 640-667, Nov. 1993.
- McPHAIL, Clark. Civil Disorder Participation: a critical examination of recent research. **American Sociological Review**, v. 36, p. 1058-1073, 1971.
- MERCKLÉ, Pierre. **La Sociologie des Réseaux Sociaux**. Paris: La Découverte: Syros, 2004.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 134-150, 1997.
- OLIVEIRA, Wilson J. Ferreira. Gênese e Redefinição do Militantismo Ambientalista no Brasil. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008.
- OLIVER, Pamela E. If You Don't Do It, Nobody Else Will: active and token contributors to local collective action. **American Sociological Review**, v. 49, p. 601-610, 1984.
- OLSON, Mancur Júnior. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999 [1965].
- PASSY, Florence. **L'Action Altruiste**: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Paris-Genève: DROZ, 1998. Cap. II e VII.
- PÉCHU, Cécile. "Laissez Parler Les Objets!" De l'objet des mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: FAVRE, Pierre; FILLIEULE, Olivier; JOBARD, Fabien (Dir.). **L'atelier du politiste**: Théories, actions, représentations. Paris: La Découverte, 2007. p. 59-78.
- SAINTENY, Guillaume. L'atypisme des élites écologistes. In: SAINTENY, Guillaume. **L'introuvable écologisme français?** Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p. 310-355.

SAWICKI, Frédéric. Les temps de l'engagement: à propos de l'institutionnalisation. In: LAGROYE, Jacques (Dir.). **La Politisation**. Paris: Belin, 2003. p. 123-146.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **PRÓ-POSIÇÕES** – Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP. Dossiê – Educação e Política: novas configurações nas práticas de militância. Campinas, SP, v. 20, n. 2(59), p. 21-39, 2009.

SEIDL, Ernesto. (Re)pensar os movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, n. 75, p. 178-181, 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: VOZES, 2009.

TOTH, James. Local Islam Gone Global: the roots of religious militancy in Egypt and its transformation. In: NASH, June (Ed). **Social Movements**. An anthropological reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 117-145.

WALSH, Edward J.; WARLAND, Rex H. Social Movement Involvement in the Wake of Nuclear Accident: activists and free riders in the three Mile Island Area. **American Sociological Review**, v. 48, p. 767-781, 1983.